



24 DE AGOSTO DE 2018

Sexta-feira

- MINISTRO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS APRESENTA PNCE E PROGRAMA BRASIL MAIS PRODUTIVO PARA PREFEITURAS DA REGIÃO SERRANA DO RJ
- MELHORA A CONFIANÇA DOS EMPRESÁRIOS DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO, DIZ CNI
- ARRECADAÇÃO CRESCE 12,83% EM JULHO DE 2018
- INADIMPLÊNCIA DAS EMPRESAS SÓ REDUZ A PARTIR DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019
- BANCÁRIOS E METALÚRGICOS SE ARTICULAM CONTRA NOVA CLT
- A LIBERDADE ECONÔMICA MELHORA A VIDA, CONFIRMA MAIS UM ESTUDO
- STF RETOMA JULGAMENTO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO IRRESTRITA NA PRÓXIMA QUARTA
- FACHIN VOTA PARA MANTER DECISÕES QUE RESTRINGIRAM TERCEIRIZAÇÃO
- REDUÇÃO DE SALÁRIO COM DIMINUIÇÃO DA JORNADA OFENDE PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE SALARIAL
- MOODYS REDUZ PREVISÃO PARA PIB DO BRASIL E VÊ RISCO EM GUERRA EUA-CHINA
- CONFIANÇA DO COMÉRCIO SOBE EM AGOSTO ANTE JULHO
- CONFIANÇA DO CONSUMIDOR CAI EM AGOSTO ANTE JULHO, DIZ FGV
- EM 2016, SETOR DE SERVIÇOS ABRIU 7,8 MIL EMPRESAS E CORTOU 410,5 MIL VAGAS
- ESTRANGEIRAS AMEAÇAM CONCORRÊNCIA NO SETOR ELÉTRICO, DIZ FGV
- IPC-S DESACELERA EM 6 DAS 7 CAPITAIS ANALISADAS NA 3ª QUADRISSEMANA DE AGOSTO
- BNDES VÊ POTENCIAL PARA MAIS DO QUE DOBRAR INVESTIMENTOS NO SETOR FERROVIÁRIO

- ARTIGO: QUEM PAGA A CONTA DA ISENÇÃO DE EIXO SUSPENSO?
- ANP DIVULGA SITUAÇÃO SOBRE PAGAMENTO DE SUBVENÇÃO AO DIESEL
- MINERADORA ANGLO AMERICAN GASTA R\$ 370 MILHÕES PARA RETOMAR OPERAÇÃO
- COM DÓLAR E ALTA DE MATÉRIA-PRIMA, CSN FAZ NOVA RODADA DE AJUSTE DE PREÇO
- FUTUROS DO AÇO NA CHINA TÊM PIOR SEMANA EM QUASE 2 MESES; MINÉRIO DE FERRO SOBE
- PRINCIPAL DESAFIO PARA A INDÚSTRIA DO AÇO É A INOVAÇÃO, CONCORDAM CEO'S
- JAGUAR LAND ROVER APROVA LANÇAMENTO DE CARRO ELÉTRICO
- VOLKSWAGEN INVESTIRÁ 3,5 BI DE EUROS PARA DESENVOLVER NEGÓCIOS DIGITAIS
- VAZ SE FORTALECE COM A ALTA DO DÓLAR
- VW INVESTIRÁ US\$ 4 BI EM NOVOS NEGÓCIOS DIGITAIS ATÉ 2025
- FREUDENBERG-CORTECO FIRMA PARCERIA COM A BOSCH SERVICE

CÂMBIO		
EM 24/08/2018		
	Compra	Venda
Dólar	4,100	4,100
Euro	4,765	4,766

Fonte: BACEN

Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços apresenta PNCE e programa Brasil Mais Produtivo para prefeituras da Região Serrana do RJ

24/08/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 23-08-2018)

Ministro Marcos Jorge esteve em Nova Friburgo nesta quinta-feira para apresentar políticas públicas destinadas a aumentar exportações e competitividade de micro, pequenas e médias empresas

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, esteve em Nova Friburgo nesta quinta-feira apresentando o Plano Nacional da Cultura Exportadora

(PNCE) e o programa Brasil Mais Produtivo para prefeitos da região, em reunião realizada no auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) do município.

O Plano Nacional da Cultura Exportadora é uma das principais políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal para incentivar as exportações das micro, pequenas e médias pequenas empresas brasileiras.

O objetivo do PNCE é aumentar a base exportadora brasileira, hoje concentrada em grandes empresas, e estimular a inserção dos micro, pequenos e médios empreendedores no mercado externo.

O PNCE está em funcionamento em todas as Unidades da Federação e conta com o apoio de 144 instituições nacionais e estaduais. Atualmente, 10 mil empresas do país já receberam atendimento. As ações desenvolvidas contribuíram para que 4.171 empresas exportassem pela primeira vez em 2017.

O PNCE no RJ

No Rio de Janeiro, a coordenação do Comitê Gestor Estadual do PNCE é exercida pelo Governo do Estado, por meio da Subsecretaria de Relações Internacionais.

Entre as demais instituições parceiras do PNCE, no RJ, estão a Associação Comercial do Rio de Janeiro, o Banco do Brasil, a Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria, os Correios, a Federação das Câmaras de Comércio Exterior, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – Firjan, a Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior – Funcex, o Inmetro e o Sebrae.

Em 2017, cerca de 20 ações foram realizadas no Estado. O MDIC promoveu um "Curso Básico para Exportação" e um "Seminário de Operações de Comércio Exterior", em parceria com a Firjan.

A Federação realizou, ainda, diversas ações, como um seminário voltado a identificar Mercados Internacionais. Também auxiliou empresários a planejar a exportação, dando informações sobre a estrutura do comércio exterior, como planejar a promoção do produto exportado e conhecer as condições de venda internacional e engenharia de preços.

Já o BNDES promoveu palestras sobre "Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas" para empresários de Nova Friburgo, Paracambi, Petrópolis e Volta Redonda, além da Capital.

A Apex-Brasil realizou uma "Oficina de Competitividade", além de atender diversas empresas no estado. Os Correios também contribuíram com a palestra "Como identificar oportunidades de negócios no exterior e exportar através dos Correios".

Nesse primeiro semestre de 2018, foram planejadas e executadas cerca de 30 ações para o estado.

Novo modelo de atendimento do PNCE

Com o propósito de ser uma ferramenta ainda mais eficiente, o MDIC está reestruturando alguns eixos de atuação do PNCE. Assim, um novo modelo de atendimento deve ser adotado pelas instituições que compõem os seus Comitês Estaduais.

A adoção deste novo modelo contribuirá para a organização da oferta de serviços oferecidos por estas instituições como forma de garantir que as empresas brasileiras sejam beneficiadas de maneira estratégica e assertiva em sua trajetória rumo ao mercado internacional.

A nova metodologia proposta está em fase piloto e será nacionalizada em fases. No primeiro semestre de 2018, os Comitês Estaduais de Minas Gerais e Roraima ficaram a cargo de aplicar a metodologia às empresas selecionadas e oferecer atendimento consultivo.

B+P

O Brasil Mais Produtivo (B+P) é um programa do governo federal, coordenado pelo MDIC e realizado pelo Senai, ABDI e Apex-Brasil, em parceria com o Sebrae e apoio do BNDES, que visa aumentar a produtividade em processos produtivos de empresas industriais. O programa promove melhorias rápidas, de baixo custo e alto impacto.

No Rio de Janeiro, o Brasil+Produtivo atendeu 140 empresas nos setores de alimentos e bebidas e de vestuário e calçados. O resultado foi um aumento médio na produtividade de 53,13%.

A Região de Nova Friburgo recebeu o maior número de atendimentos em vestuário e calçados do Rio de Janeiro na primeira fase do Programa Brasil+Produtivo (2016-2018). Foram atendidas 47 empresas da Região, que apresentaram como resultado o aumento médio da produtividade de 76,56%.

Balança comercial de Nova Friburgo

As exportações de Nova Friburgo, em 2017, foram de US\$ 2,95 milhões. O município foi responsável por 0,01% do que o estado do RJ embarcou para mercados estrangeiros.

As importações do município, no ano passado, foram de US\$ 6,03 milhões. Com isso, o saldo comercial ficou deficitário em US\$ 3,08 milhões.

Os principais produtos embarcados por Nova Friburgo para mercados estrangeiros foram sutiãs, cintas e espartilhos (31%); álcool etílico não desnaturado (31%); e cadeados, fechaduras e ferrolhos (13%).

Os produtos de Nova Friburgo têm como principais destinos a Alemanha (25%), o Uruguai (23%) e a Bolívia (19%).

Melhora a confiança dos empresários da indústria da construção, diz CNI

24/08/2018 – Fonte: CNI

Pesquisa mostra que há previsão de aumento da atividade, do emprego, da compra de matérias-primas e de novos serviços e empreendimentos nos próximos seis meses. Os empresários da indústria da construção estão mais confiantes. Depois de duas quedas consecutivas, o Índice de Confiança do Empresário da Indústria da Construção (ICEI-Construção) subiu para 51,8 pontos em agosto.

O indicador, que é 2,9 pontos superior ao do mês passado, está acima da linha divisória dos 50 pontos, que separa a confiança da falta de confiança. Mesmo assim, continua abaixo da média histórica de 52,9 pontos e dos 53,8 pontos registrado em maio, antes da greve dos caminhoneiros, informa a Sondagem Indústria da Construção, divulgada nesta sexta-feira (24), pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

“Apesar das incertezas sobre o cenário eleitoral e dos efeitos da tabela do frete mínimo sobre o setor, os empresários recuperaram a confiança que foi abalada pela paralisação do transporte rodoviário de cargas, e estão mais confiantes em relação ao desempenho futuro do setor”, avalia a economista da CNI Isabel Mendes.

De acordo com a pesquisa, o indicador de expectativas subiu para 55,3 pontos em agosto, mostrando que há otimismo em relação aos próximos seis meses. Mas o índice de condições atuais, que ficou em 45 pontos, continua abaixo da linha divisória dos 50

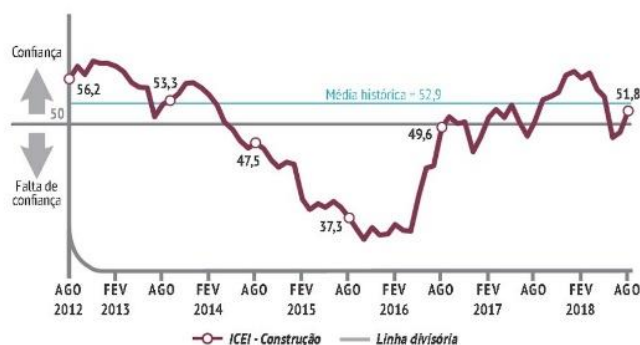
pontos, indicando que os empresários estão pessimistas em relação à situação atual dos negócios.

Os demais indicadores de expectativa também subiram e ficaram acima dos 50 pontos neste mês. Isso mostra que os empresários esperam o crescimento do nível de atividade, de novos empreendimentos e serviços, da compra de matérias-primas e do número de empregados nos próximos seis meses.

Com a expectativa de recuperação do setor, o índice de intenção de investimentos aumentou 0,8 ponto em relação a julho e alcançou 32,1 pontos. O indicador está 3 pontos acima do registrado em agosto do ano passado e é superior à média histórica para o mês, de 31,6 pontos.

“Ainda assim, o índice segue muito baixo, o que indica pouca intenção dos empresários do setor em investir”, lembra a CNI. De acordo com a pesquisa, o índice de intenção de investimento varia de zero a cem pontos. Quanto maior o índice, maior a disposição para investir.

Série histórica
Índice de difusão (0 a 100 pontos)*



*Valores abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança do empresário. Quanto mais abaixo de 50 pontos, maior e mais disseminada é a falta de confiança.

SITUAÇÃO ATUAL – Mesmo com a melhora nos indicadores de expectativa, o setor segue enfrentando dificuldades para se recuperar. A sondagem mostra que, embora o ritmo de queda tenha diminuído, o nível de atividade e de emprego no setor continuam caindo. O indicador de nível de atividade ficou em 48 pontos e o de número de empregados foi de 46,2 pontos em julho. Os dois índices variam de zero a 50 pontos e quando estão abaixo dos 50 pontos, indicam queda na atividade e no emprego.

Com isso, a indústria da construção mantém a elevada ociosidade. A utilização da capacidade operacional das empresas ficou em 58% em julho, 1 ponto percentual abaixo do de junho. Isso significa que o setor operou com 42% das máquinas, equipamentos e pessoal parados no mês passado.

Esta edição da Sondagem Indústria da Construção foi feita entre 1º e 13 de agosto com 581 empresas. Dessas, 124 são grandes, 263 são médias e 124 são de pequeno porte.

SAIBA MAIS - Acesse a página da [Sondagem Indústria da Construção](#) para conhecer todos os detalhes do estudo.

Arrecadação cresce 12,83% em julho de 2018

24/08/2018 – Fonte: DCI

O resultado significa o oitavo mês consecutivo de crescimento real nas receitas em relação ao ano passado; mas a volatilidade do dólar poderá causar impacto nas contas dos próximos meses

EM RECUPERAÇÃO

Trajatória mensal da arrecadação de tributos federais

Em bilhões de R\$



A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R\$ 129,615 bilhões em julho, um aumento real (já descontada a inflação) de 12,83% ante o mesmo mês de 2017. O resultado dos próximos meses, entretanto, poderá ser afetado pela volatilidade do dólar.

Julho foi o oitavo mês consecutivo de crescimento real nas receitas em relação ao ano passado. Comparado a junho deste ano, houve aumento de 16,54%. No ano, a arrecadação chega a R\$ 843,870 bilhões, com expansão de 7,74% ante igual período de 2017. Os números foram divulgados ontem (23) pela Receita Federal.

As receitas administradas somente pelo fisco chegaram a R\$ 118,723 bilhões em julho, com crescimento real de 8,38%. É o maior valor para o mês desde 2013. De janeiro a julho deste ano, o valor ficou em R\$ 808,032 bilhões, com uma elevação de 6,38%.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, explicou ontem, em coletiva à imprensa, que o recolhimento de impostos de julho foi impactado pelo desempenho da indústria no mês passado, em recuperação após a greve dos caminhoneiros.

“O aumento nas vendas de bens também ajudou na arrecadação de julho, bem como as vendas nos serviços. Chamamos a atenção também para alta no valor em dólar nas importações”, afirma.

Malaquias também destacou o avanço de 103,95%, para R\$ 10,891 bilhões, contra julho de 2017, nas receitas administradas por outros órgãos – sobretudo *royalties*. “Também houve uma alta expressiva na arrecadação de *royalties* de petróleo, devido ao aumento do preço internacional do barril e à variação do dólar”, diz.

Segundo o professor de economia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Jefferson Nery do Prado, o programa de renegociação tributária tem gerado impacto positivo na arrecadação. “Ao longo do ano, o governo fez medidas que impulsionaram a renegociação de pagamentos de impostos, o Refis, que vem contribuindo com a arrecadação ao longo do ano”, comenta ao **DCI**.

Ainda segundo Malaquias, o desempenho favorável de julho também foi puxado pelo melhor resultado das empresas. A arrecadação do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – tributos ligados à atividade – subiu 28% no mês passado.

De acordo com especialistas, o comportamento do dólar, que vem apresentando alta nos últimos dias, será a principal influência na arrecadação dos próximos meses. “Uma vez que os indicadores econômicos permanecem quase estatísticos por conta das eleições, a arrecadação pode oscilar nos próximos meses”, diz Nery.

O professor de economia do Insper, Alexandre Chaia, destaca que essa influência do câmbio será maior nos meses de agosto e setembro. Para ele, o segundo semestre de 2018 poderá apresentar desaceleração.

“Os próximos meses serão bem conturbados, graças ao cenário externo e o desaquecimento da economia. A tendência, então, é não termos altas maiores. A arrecadação continuará acima do que era ano passado, mas com menor crescimento real”, afirma.

A professora de Economia da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), também avalia que o impacto do dólar poderá provocar novos avanços no recolhimento.

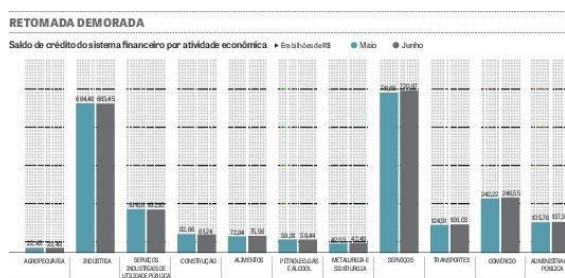
“Como a indústria brasileira depende de forma significativa das importações, não se estranha o fato de que podemos ter altas de arrecadação advindos desse grupo. No entanto, esse movimento tem alcance limitado, e não consegue perdurar por tanto tempo. O aumento da arrecadação só acontecerá de forma sustentável se o país voltar a crescer de maneira consistente”, conclui.

Para Malaquias, a abertura de 47 mil postos de trabalho em julho, conforme dados recentes divulgados pelo Caged, mostra que a economia brasileira está reagindo bem.

Inadimplência das empresas só reduz a partir do primeiro semestre de 2019

24/08/2018 – Fonte: DCI

Tanto por conta dos altos níveis de desemprego, como pela baixa capacidade de pagamento das companhias, os calotes corporativos continuam altos. O setor de serviços é o mais prejudicado



A capacidade de pagamento das empresas da maioria dos setores só melhorará ao final do primeiro semestre de 2019. Impulsionada pelo alto índice de calotes e pelo difícil acesso ao crédito, recuperação fica “travada” e vem de forma mais lenta que o esperado.

O movimento acontece em um ciclo vicioso. De um lado, o número de consumidores que não conseguem honrar seus compromissos só cresce e atinge novos picos históricos, puxado pelo alto nível de desemprego no País.

De outro, as empresas – que não conseguem receber de seus clientes pelas vendas a prazo que concederam – também ficam inadimplentes perante seus credores (instituições financeiras e até mesmo outras companhias).

Isso gera um adiamento de suas intenções de investimentos e a aquisição de políticas de redução de gastos o que, de grosso modo, pode implicar no corte de pessoal ou, simplesmente, na não contratação.

Os últimos dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) apontam que, em julho, o volume de consumidores com restrição no CPF avançou 4,31% em relação a igual período de 2017, atingindo 63,4 milhões de brasileiros.

Ao mesmo passo que, segundo o birô, o número de empresas inadimplentes em junho avançou 9,41%.

Especificamente entre os segmentos credores – companhias que deixaram de receber de outras companhias –, a maior alta foi no setor de serviços (+9,82%), seguido pela indústria (+7,19%) e pelo comércio (+3,23%). O único ramo que teve queda foi o agronegócio, cuja quantidade de atrasos reduziu 1,03% no período.

Segundo a economista-chefe do SPC, Marcela Kawauti, mesmo com o andamento na economia que o direcionamento político deve trazer ao final deste ano, os setores de comércio, serviços e indústria ainda terão dificuldades.

“Essas empresas ficam apertadas tanto pelo lado do calote que recebem de seus clientes como pela falta de caixa suficiente para honrar seus compromissos aos credores”, afirma a economista-chefe.

Da outra ponta, a economista da Confederação Nacional do Comércio de bens, serviços e turismo (CNC), Marianne Hanson, pondera que os altos níveis de desemprego têm inibido o pagamento de dívidas por parte dos consumidores.

“As famílias priorizam pagamentos de valores altos e que colocam em risco os bens que possuem, como as parcelas de um carro, por exemplo. Mas a situação está tão difícil que mesmo serviços básicos, como água e luz, estão sofrendo as consequências da inadimplência”, comenta Hanson.

“Destrave”

Mesmo com as perspectivas de que um direcionamento eleitoral destrave a economia, a oferta de financiamentos por parte das próprias empresas e a demanda por crédito continuarão afetadas.

Para o professor de economia da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP/FGV) Clemens Nunes, diferente do que vimos nos últimos anos, onde as empresas com altos estoques “adotaram critérios menos restritos na concessão pela necessidade de fazer caixa”, os estoques normalizados e o cenário difícil, retraem recursos.

“Os bancos continuarão seletivos na hora das concessões, ao mesmo tempo em que as empresas com estoque adequado também adotam uma análise mais criteriosa”, diz.

Já segundo o economista do Banco MUFG Mauricio Nakahodo, o único setor que continua crescendo é o agronegócio, ao passo em que os demais “ainda levam algum tempo”.

“A indústria depende tanto da demanda local quanto do desempenho de outras economias, bem como o setor de serviços fica à mercê do mercado de trabalho. Outro ramo que deve recuperar de forma mais lenta é construção civil, já que faz parte do grupo que ainda espera por maior clareza no ambiente doméstico”, afirma.

“De qualquer forma, independente do setor, a ideia é de que poderemos ver alguma recuperação pelo menos até o final do primeiro semestre de 2019”, conclui Kawauti.

Bancários e metalúrgicos se articulam contra nova CLT

24/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Sindicatos de peso com data-base em 1º de setembro, como o de bancários e o de metalúrgicos, se articulam para barrar em suas convenções coletivas novas formas de contratação liberadas pela reforma trabalhista, em vigor desde novembro.

O Sindicato dos Bancários de São Paulo quer vetar modalidades reguladas pela nova lei para trabalho autônomo, terceirização e contratos intermitentes.

O comando nacional dos bancários e a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) encontram-se em negociação e não comentaram o tema, nem se houve avanço nas discussões.

Segundo o sindicato, a Fenaban não deu uma resposta formal até o momento para demandas relativas às formas de contratação. A lei trabalhista atual regula novos tipos de contrato de trabalho, como o intermitente, em que a prestação de serviços é combinada por horas, dias ou meses, sem a necessidade de continuidade.

A reforma também definiu regras para o trabalhador autônomo, em que é possível haver exclusividade na prestação de serviço. A princípio, metalúrgicos avaliavam que não seriam atingidos pelo contrato intermitente, diz Luiz Carlos da Silva Dias, o Luizão, presidente da federação dos metalúrgicos da CUT São Paulo.

"Mas, com a lógica de mercado e produção muito sazonal, algumas empresas estão trabalhando com estoque zero. Em um determinado período do ano a produção aumenta por duas semanas, depois reduz, e a demanda pelo intermitente começa a chegar", afirma.

A categoria rechaça a aplicação integral das novas formas de contratação. A proposta dos sindicalistas, ele explica, é que haja uma cláusula segundo a qual itens de contratação, como mão de obra de terceiros, sejam discutidos e acertados previamente com os sindicatos, mas o contrato intermitente ficaria vetado.

O Sindipeças (Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores), uma das principais categorias patronais que negociam com metalúrgicos, não comentou o assunto.

Segundo Luizão, no entanto, a percepção da contraparte é de que o termo vetado é muito pesado e, havendo negociação prévia para definir regras, como o número de trabalhadores envolvidos, é possível se chegar a um acordo.

Hélio Zylberstajn, professor da FEA-USP e coordenador do Salariômetro da Fipe, afirma que, aos poucos, empregadores e de trabalhadores estão superando os entraves da reforma para fechar acordos e convenções coletivos.

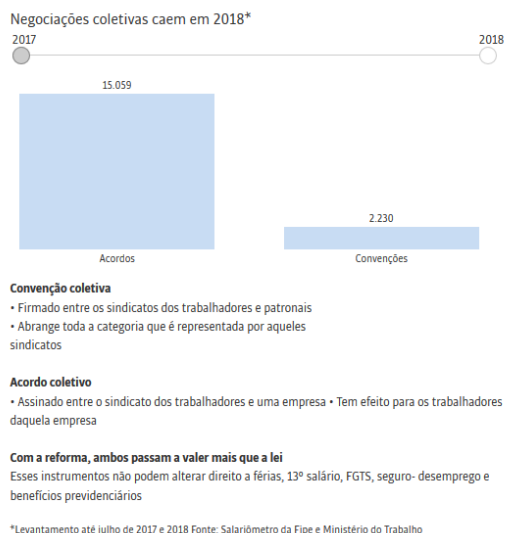
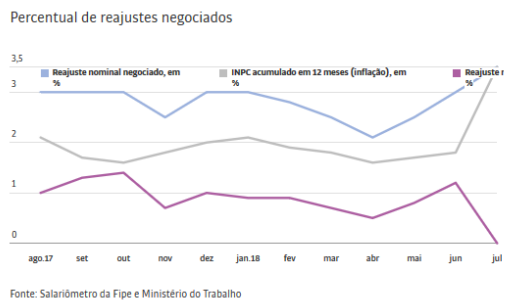
O número, no entanto, está 33% menor do que o do no ano passado. Entre janeiro e julho deste ano, foram protocolados 11.587 acordos ou convenções coletivos no Ministério do Trabalho. No mesmo período de 2017, foram registradas 17.292.

Zylberstajn destaca que as negociações de 2018 são as primeiras com novas regras e que pontos como novas formas de contratação e, principalmente, o fim da contribuição sindical fizeram o ritmo das negociações cair.

"As partes estão tentando alternativas. Aos poucos, essas barreiras vão sendo superadas", diz.

O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, afirma que o trabalho intermitente tende a ser enfrentado por categorias que atuam em bares, restaurantes e comércio em geral.

No fim de julho, o Sinthoresp (Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Bares e Restaurantes da Grande São Paulo) fechou a convenção coletiva com o Sindibares-SP (Sindicato dos Bares e Restaurantes de São Paulo).



Para destravar a negociação, os representantes da categoria propuseram o trabalho de horista no lugar do intermitente para empresas que precisem de trabalhadores apenas por um período.

Pela convenção fechada em julho, os horistas terão jornada de 140 horas por mês e se enquadram no contrato parcial.

Ricardo Patah, presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo e da UGT (União Geral dos Trabalhadores), diz que a entidade já negociou acordos coletivos com empresas em que a jornada 12 x 36 foi vinculada à condição de que as homologações continuassem sendo feitas no sindicato. A nova lei dispensa a prática.

Segundo Ivo Dall'Acqua Junior, vice-presidente da FecomercioSP (federação do setor no estado de São Paulo), empresários da área ainda estão inseguros quanto à aplicação do contrato intermitente.

"Queremos o reconhecimento da possibilidade, mas entendemos que para acolher esse sistema é preciso negociar as reais condições", afirma o empresário.

"Como proceder com uma trabalhadora intermitente que engravida, por exemplo? Quais são os critérios para a remuneração no período de afastamento? A lei não explica isso", diz Dall'Acqua.

A liberdade econômica melhora a vida, confirma mais um estudo

24/08/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Países que desejam aumentar o crescimento econômico devem avançar a liberdade econômica de seu povo



Um novo metaestudo do grupo sérvio Libek confirma que os países que desejam aumentar seu crescimento econômico – e colher as muitas recompensas resultantes disso – precisam se concentrar no avanço da liberdade econômica de seu povo.

Libek analisou 92 estudos acadêmicos que consideraram a relação entre liberdade econômica e crescimento econômico. Oitenta e seis deles (93,5%) encontraram uma relação positiva.

Isso não é surpreendente, considerando que a liberdade econômica – a capacidade de direcionar a própria vida e tomar decisões econômicas por si mesmo – encoraja e capacita as pessoas a terem uma vida melhor para si e para suas famílias.

O aumento da atividade econômica que elas produzem mostra-se em medidas de crescimento econômico.

Ainda assim, a questão não pode ser deixada de lado, porque a liberdade econômica ainda é reprimida em muitas partes do mundo. Os autores do metaestudo de Libek acreditam que suas descobertas são particularmente relevantes para o seu próprio país, a Sérvia.

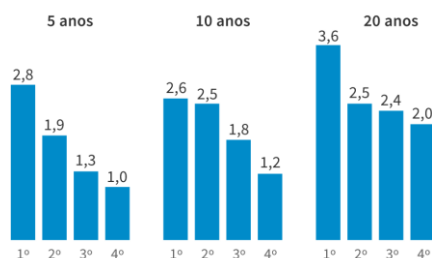
O aumento das taxas de crescimento econômico é muito importante para a economia sérvia. A Sérvia é a economia de crescimento mais lento nos Balcãs: a taxa média de crescimento na década após a recessão (2008-2016) foi de apenas 0,83% ao ano.

Ao mesmo tempo, a taxa média de crescimento não ponderada para outros países balcânicos (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Macedônia, Montenegro e Romênia) foi quase o dobro desse número, chegando a 1,58%.

Todos, exceto dois dos outros países dos Balcãs, têm pontuação superior à da Sérvia no Índice 2018 de Liberdade Econômica da The Heritage Foundation.

Liberdade Econômica e Crescimento Econômico

Crescimento médio de PIB per capita (Paridade do poder de compra)
Aumento na Liberdade Econômica, por quartil



Fontes: Índice de Liberdade Econômica 2018, Fundo Monetário Internacional e Economist Intelligence Unit.

De fato, o índice da Heritage mostra que, em média, os países com maior aumento nos escores de liberdade econômica nos períodos de 5, 10 e 20 anos também apresentam o maior crescimento anual médio do produto interno bruto (PIB) per capita.

As conclusões do think tank sérvio não são surpreendentes, e os formuladores de políticas na Sérvia e em todo o mundo devem levá-las a sério.

O avanço da liberdade econômica é fundamental para gerar prosperidade econômica para o maior número de pessoas – na Sérvia e em qualquer outro lugar.

STF retoma julgamento sobre terceirização irrestrita na próxima quarta

24/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma na próxima quarta-feira, 29, o julgamento sobre terceirização irrestrita. Até o momento, quatro votos foram favoráveis à terceirização de todas as atividades, e três contrários. Os ministros Gilmar Mendes, Marco Aurélio Mello, Celso de Mello e Cármen Lúcia ainda precisam votar sobre o tema, que já tomou três sessões plenárias da Corte.

Último a votar nesta quinta-feira, 23, o ministro Ricardo Lewandowski se posicionou de forma breve, apenas acompanhando os votos dos ministros Edson Fachin e Rosa Weber, contrários a terceirização irrestrita.

Já os ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes votaram pela terceirização de todas as atividades, inclusive das atividades-fim, de acordo com a posição dos relatores Luís Roberto Barroso e Luiz Fux, que votaram nesta quarta-feira, 22.

Os ministros julgam duas ações apresentadas antes das alterações legislativas de 2017, que autorizam a terceirização irrestrita. Os processos contestam decisões da Justiça do Trabalho que vedam a terceirização de atividade-fim baseadas na súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Para Toffoli, que assume a presidência do STF em setembro, a terceirização irrestrita reflete a realidade do mercado de trabalho em todo o mundo. "Posicionamento vem ao encontro da evolução da súmula, ou seja, alargar as possibilidades de terceirização. Não é uma desautorização do TST, mas reflete a realidade de um mundo globalizado", disse.

Antes de Toffoli, que fez um voto breve, a ministra Rosa Weber leu um longo e incisivo voto contrário a terceirização irrestrita. Em posição mais abrangente que a do colega Edson Fachin, a ministra afirmou que a perspectiva de terceirização de atividade-fim "contraria o próprio conceito de terceirização".

"Na atual tendência observada pela economia brasileira, a liberalização da terceirização em atividades-fim, longe de interferir na curva de emprego, tenderá a nivelar por baixo nosso mercado de trabalho, expandindo a condição de precariedade hoje presente nos 26,4% de postos de trabalho terceirizados para a totalidade dos empregos formais", afirmou a ministra.

Fachin, que se posicionou antes de Rosa Weber, foi menos extensivo em sua posição sobre a terceirização de atividade-fim. O ministro frisou diversas vezes que as ações analisadas pelo plenário são anteriores às inovações trazidas pela Lei da Terceirização e pela Reforma Trabalhista.

Para o ministro, não há nenhuma violação constitucional na súmula 331 do TST, que baseou as decisões que restringem a terceirização até 2017. Por isso, Fachin votou para manter as decisões tomadas com base na súmula.

Moraes, primeiro a votar na sessão de hoje, criticou a diferenciação feita entre atividade-fim e meio das empresas, feita com o fim de restringir a terceirização. "Todas as atividades dentro do fluxo de produção, todas, absolutamente todas contribuem para o resultado final. Podemos ter atividades principais e secundárias. Essa classificação é muito mais moderna do que atividade-meio e atividade fim", assinalou.

AÇÕES. São duas ações em análise no plenário. Uma, relatada por Barroso, foi proposta pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), que questiona decisões trabalhistas que restringem a terceirização, com base na Súmula 331 do TST.

O outro processo, com relatoria de Fux, é um recurso da Celulose Nipo Brasileira S/A – Cenibra contra acórdão da 8ª Turma do TST que manteve decisão do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG), cuja posição foi pela ilicitude da terceirização da atividade-fim.

O que for decidido no recurso da Cenibra irá destravar quase 4 mil processos trabalhistas que aguardam a palavra da Corte sobre o processo, que teve a repercussão geral reconhecida em 2016.

Como mostrou o Broadcast, mesmo após as inovações trazidas em 2017, tribunais continuam decidindo de forma contrária à terceirização de atividade-fim, baseando-se na súmula do TST que inibe essa possibilidade. Por isso, especialistas entendem que a palavra do STF neste julgamento deve trazer uniformidade para a Justiça do Trabalho.

Fachin vota para manter decisões que restringiram terceirização

24/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu o primeiro voto contrário à terceirização irrestrita. Ele votou por manter ao menos as decisões da Justiça Trabalhista que, antes da nova legislação de 2017, vetaram a terceirização da atividade-fim. Diferentemente de Fachin, os ministros Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Alexandre de Moraes votaram a favor da terceirização irrestrita.

Fachin frisou diversas vezes que as ações analisadas pelo plenário são anteriores às inovações trazidas pela Lei da Terceirização e pela Reforma Trabalhista, ambas de 2017, que autorizam a terceirização de todas as atividades, inclusive de atividade-fim.

Para o ministro, não há nenhuma violação constitucional na súmula 331 do TST, que baseou as decisões que restringem a terceirização até 2017. Por isso, o ministro considera que as decisões tomadas com base nessa súmula são legais.

Antes de Fachin, os ministros destacaram que a súmula do TST, que dominou a Justiça Trabalhista antes da legislação, fere os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência. Fachin não vê dessa forma. Para o ministro, essa análise coloca o princípio da livre iniciativa acima dos demais princípios constitucionais, como o da “necessidade de assegurar o valor social do trabalho”.

“O que se deve buscar é o equilíbrio, nomeadamente entre os princípios importantes da livre iniciativa e da valorização do trabalho”, defendeu.

“Julgo inválidas as contratações de mão de obra terceirizada na atividade-fim das empresas, especialmente se considerando que alteração desse cabedal normativo cabe, como efetivamente depois o exercitou, ao poder competente, o Poder Legislativo, debatida a questão com todos os envolvidos no processo de modificação estrutural no sistema de relações trabalhistas no campo jurídico, econômico e social”, assentou o ministro.

Ações

São duas as ações em análise no plenário. Uma, relatada por Barroso, foi proposta pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e questiona decisões trabalhistas que restringem a terceirização com base na Súmula 331 do TST. O outro processo é um recurso da Celulose Nipo Brasileira S/A – Cenibra contra acórdão da 8ª Turma do TST que manteve decisão do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG), cuja posição foi pela ilicitude da terceirização da atividade-fim.

Redução de salário com diminuição da jornada ofende princípio da irreduzibilidade salarial

24/08/2018 – Fonte: Granadeiro Advogados Associados (publicado em 23-08-2018)

A Justiça do Trabalho mineira considerou ilícito o procedimento de uma empresa de reduzir a jornada de trabalho de uma teledigifonista (de 36 para 30 horas semanais) com a redução proporcional do salário. Isso apesar de a alteração ter sido formalizada em acordo escrito entre a empregada e o empregador.

A decisão é da juíza Flávia Cristina Rossi Dutra, que concluiu se tratar de alteração contratual lesiva à empregada, em ofensa aos artigos 9º, 444 e 468 da CLT, bem como ao artigo 7º, VI, da Constituição Federal, o qual garante a irreduzibilidade salarial. Com isso, foi reconhecido o direito da trabalhadora ao piso salarial previsto nos instrumentos coletivos para o cargo de teledigifonista, de forma integral, isto é, sem proporcionalidade à carga horária reduzida. A empresa ainda foi condenada a pagar à

empregada as diferenças salariais apuradas, desde o mês da alteração, inclusive com os reajustes previstos.

Na sentença, a juíza explicou que, apesar de o contrato de trabalho da teledigifonista registrar que ela foi admitida para cumprir jornada semanal de 36 horas, a redução salarial, mesmo que acompanhada da redução proporcional da jornada, trouxe prejuízos de ordem financeira à trabalhadora, sendo, portanto, nula.

Além disso, como verificou a julgadora, a convenção coletiva da categoria, ao contrário do que afirmou a empresa, não permite a alteração contratual em prejuízo dos empregados com contratos em vigor, autorizando apenas a admissão de novos empregados com jornada de trabalho inferior à legal e a redução proporcional dos pisos salariais.

A magistrada ponderou ainda que o contrato de trabalho da teledigifonista previa apenas a possibilidade de redução da jornada por determinação e interesse da empresa, mas não a redução proporcional do salário, o que, aliás, é proibido pela Constituição. Contra a sentença, a empresa apresentou recurso, em trâmite no TRT-MG.

Moodys reduz previsão para PIB do Brasil e vê risco em guerra EUA-China

24/08/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 24-08-2018)

A agência de classificação de risco Moody's reduziu nesta quinta-feira (23) a previsão para o crescimento do Brasil em 2018, em meio a um cenário ruim para emergentes pelo aumento do preço do petróleo e pelas tensões comerciais entre EUA e diante das incertezas eleitorais no país.

Segundo a Moody's, o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro crescerá 1,8% neste ano. Antes, a expansão prevista era de 2,5%. Para 2019, a projeção diminuiu de 2,7% para 2%. A análise está no relatório "Global Macro Outlook 2018-2019" ("Panorama Macro Global 2018-2019", em tradução livre), divulgado nesta quinta.

A agência atribui a piora na perspectiva de curto prazo a uma combinação de cenário externo mais desafiador e a fragilidades internas do país.

A Moody's diz que a paralisação dos caminhoneiros em maio provocou uma contração da atividade econômica, e que dados de varejo e produção industrial indicam que uma recuperação mais ampla está perdendo ímpeto.

Enquanto isso, as expectativas de inflação começaram a subir, e a desvalorização do real deve contribuir para uma pressão inflacionária adicional, diz o relatório. "A inflação crescente vai afetar os gastos do consumidor ao erodir os salários reais, enquanto maiores taxas de juros vão refrear os investimentos."

A esse panorama, ainda é preciso somar a incerteza sobre o resultado das eleições e as políticas do próximo governo, "fonte adicional de risco", indica a agência. E um contexto global de alta de juros nos Estados Unidos, que favorece a atração de fluxo de investimentos para o mercado americano e agrava as turbulências locais.

"O maior risco para os mercados emergentes é o aperto na política monetária americana. Como esperamos que a política monetária continue se normalizando nos EUA, esperaríamos fluxo monetário saindo dos mercados emergentes", afirma Elena Duggar, diretora-adjunta da Moody's.

Segundo o relatório, o aumento do preço do petróleo e a desvalorização das moedas de emergentes constituem uma considerável deterioração nas trocas comerciais desses países, o que leva à piora nas perspectivas econômicas.

"De uma maneira geral, os mercados emergentes permanecem inerentemente vulneráveis ao risco de fluxos de capitais associados ao aperto da liquidez global, conforme bancos centrais de economias avançadas reverterem medidas de estímulo", indica o texto.

E como pano de fundo, a disputa comercial entre EUA e China, que, segundo a agência, deve se agravar neste ano e pesar sobre o crescimento econômico em 2019. "A magnitude do impacto macro vai depender crucialmente na resiliência do sentimento", indica o estudo.

Para a China, a disputa deve retirar de 0,3 a 0,5 ponto percentual do crescimento do PIB em 2019 -a Moody's projeta expansão de 6,6% neste ano e 6,4% em 2019.

Nos Estados Unidos, a perda deve ser de 0,25 ponto percentual, "ofuscando parte do forte momento atribuído aos estímulos fiscais" do governo de Donald Trump. O PIB americano deve crescer 2,9% neste ano e 2,3% no próximo, diz a Moody's.

As previsões da agência não consideram as tarifas de 25% sobre US\$ 200 bilhões de importação da China ou a tarifa de 25% sobre veículos e autopeças. "A implementação de qualquer uma delas significaria um grande choque adverso por múltiplos canais e também significaria uma séria escalada na disputa comercial", indicam.

A Moody's avalia que um passo nessa direção poderia ser prejudicial ao crescimento global, não apenas pelas cadeias de valor no comércio mundial, mas por injetar um alto nível de incerteza, frear o investimento e pressionar os preços de ativos no mundo.

Confiança do comércio sobe em agosto ante julho

24/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Confiança do Comércio (Icom) subiu 1,1 ponto na passagem de julho para agosto, atingindo 89,9 pontos, na primeira alta após uma sequência de quatro quedas seguidas, informou nesta sexta-feira, 24, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Nessas quatro quedas, o índice havia perdido 8,0 pontos no acumulado.

"A reação da confiança do Comércio em agosto é tímida diante dos resultados negativos recentes. As empresas continuam avaliando a situação atual de forma desfavorável, mas já esboçam uma melhora nas expectativas em relação aos próximos meses. A combinação de resultados sinaliza que o setor continua se recuperando lentamente, sujeito aos níveis elevados de incerteza e da também lenta evolução do mercado de trabalho", diz Rodolpho Tobler, coordenador da Sondagem do Comércio, em nota divulgada.

A alta da confiança em agosto ocorreu em 10 dos 13 segmentos pesquisados na sondagem da FGV. O Índice de Expectativas (IE-COM) subiu 2,8 pontos, para 94,6 pontos, "influenciado tanto pela melhora do indicador de vendas previstas, que avançou 2,3 pontos para 93,4 pontos, quanto pelo indicador de tendência dos negócios para os próximos seis meses, que subiu 3,2 pontos, para 96,0 pontos", diz a nota da entidade.

Já o Índice de Situação Atual (ISA-COM) recuou 0,8 ponto, para 85,7 pontos, o menor nível desde dezembro de 2017 (85,6 pontos). Entre os componentes do ISA-COM, o indicador de percepção dos empresários com o volume da demanda no momento recuou 0,4 ponto, para 85,9 pontos e o indicador de situação atual dos negócios caiu 1,2 ponto, atingindo 85,9 pontos.

A coleta de dados para a edição de agosto da Sondagem do Comércio foi realizada entre os dias 1 e 22 do mês e obteve informações de 1.206 empresas.

Confiança do consumidor cai em agosto ante julho, diz FGV

24/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

A confiança do consumidor caiu 0,4 ponto em agosto ante julho, na série com ajuste sazonal, informou nesta sexta-feira, 24, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) passou de 84,2 pontos em julho para 83,8 pontos em agosto. Em julho, houve alta de 2,1 pontos ante junho.

“Diante da lenta recuperação do mercado de trabalho, do alto nível de incerteza, do risco de aceleração da inflação e das dificuldades de se alcançar o equilíbrio orçamentário familiar, os consumidores mantêm uma postura conservadora e cautelosa quanto aos gastos discricionários”, diz Viviane Seda Bittencourt, coordenadora da Sondagem do Consumidor, em nota divulgada. Para a FGV, o desânimo dos consumidores “terá um efeito redutor sobre o consumo das famílias ao longo do segundo semestre”.

Em agosto, o Índice de Situação Atual (ISA) caiu 2,7 pontos, para 71,4 pontos, devolvendo a alta do mês anterior. Já o Índice de Expectativas (IE) avançou 1,1 ponto em relação ao mês anterior, para 93,0 pontos, o segundo aumento consecutivo desse indicador.

O indicador que mede a satisfação dos consumidores com a situação atual da economia variou 0,5 ponto entre julho e agosto, para 78,6 pontos. “Apesar disso, o índice se mantém abaixo do nível anterior à greve dos caminhoneiros”, diz a nota da FGV. O indicador de satisfação com a situação financeira familiar foi o que mais contribuiu para a queda do ICC em agosto, ao recuar 5,9 pontos e atingir 64,8 pontos, o menor patamar desde agosto de 2017.

O indicador que mede o otimismo com relação à situação econômica nos próximos seis meses subiu 1,1 ponto em agosto, para 103,4 pontos, interrompendo a tendência de queda dos quatro meses anteriores. Já o indicador sobre as expectativas em relação à situação financeira subiu 3,2 pontos para 95,4 pontos, o maior nível desde abril (96,4).

O ICC tem ainda um indicador que mede a intenção de compras de bens duráveis. Esse índice recuou 0,9 ponto, para 81,2 pontos em agosto, menor nível desde outubro de 2017.

Ao desagregar os dados conforme as faixas de renda, o ICC recuou em todas as classes de renda, exceto para os consumidores de renda familiar entre R\$ 2.100,01 e R\$ 4.800,00. Para essa faixa, o índice avançou pelo segundo mês consecutivo, com crescimento acumulado de 1,6 ponto, “o que ainda não foi o suficiente para compensar as perdas de junho de 2018”, diz a FGV. Para as famílias de renda inferior à R\$ 2.100,00, a confiança diminuiu 1,2 ponto entre julho e agosto, a maior queda entre as classes de renda analisadas.

A Sondagem do Consumidor coletou informações de 1.933 domicílios em sete capitais, com entrevistas entre os dias 1 e 21 de agosto.

Em 2016, setor de serviços abriu 7,8 mil empresas e cortou 410,5 mil vagas

24/08/2018 – Fonte: Isto É Dinheiro

Em 2016, em meio à recessão econômica, o setor de serviços eliminou 410.489 postos de trabalho. Por outro lado, houve abertura líquida de 7,8 mil empresas, recuperando parte da perda registrada no ano anterior, quando foram fechados 17,8 mil estabelecimentos. A receita bruta nominal das empresas de serviços cresceu 2,91%

em relação a 2015. Os dados são da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) 2016, divulgada nesta sexta-feira, 24, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em todo o País, havia 1,311 milhão de empresas ativas no setor de serviços não financeiros em 2016, que absorveram 12,3 milhões de trabalhadores ocupados e pagaram R\$ 327,6 bilhões em salários e outras remunerações. O setor gerou R\$ 1,5 trilhão em receita operacional líquida e R\$ 871,7 bilhões em valor adicionado bruto.

Entre os sete segmentos analisados pela pesquisa, as empresas de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio foram responsáveis pela maior parcela da receita operacional líquida (28,3%), seguidas por serviços profissionais, administrativos e complementares (27,8%) e serviços de informação e comunicação (22,5%).

Grande parte da mão de obra ficou concentrada no segmento de serviços profissionais, administrativos e complementares (39,9%), seguido por serviços prestados às famílias (22,6%) e transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (20,4%). Cada empresa tinha, em média, nove trabalhadores ocupados.

O rendimento médio por trabalhador foi de R\$ 2.048 em 2016. A maior média salarial era a dos serviços de informação, R\$ 4.119, enquanto os serviços prestados às famílias apresentaram a menor remuneração média, de R\$ 1.288.

A Região Sudeste detinha 57,2% de todas as empresas de serviços, que responderam por 64,8% da receita bruta gerada, 57,6% das vagas de trabalho e 64% dos salários pagos. O Estado de São Paulo concentrou sozinho 42,1% de toda a receita bruta dos serviços no País, seguido por Rio de Janeiro (13%) e Minas Gerais (7,4%).

Estrangeiras ameaçam concorrência no setor elétrico, diz FGV

24/08/2018 – Fonte: Bem Paraná

O avanço de empresas estrangeiras no setor elétrico brasileiro poderá reduzir a competição no mercado, aponta estudo da FGV.

Desde 2016, foram mais de 15 fusões e aquisições no setor, movimentando cerca de R\$ 86 bilhões. Desse montante, 95,2% se referem a compras feitas por grupos estrangeiros.

"Mesmo que a fotografia ainda não indique um mercado altamente concentrado, pode haver problemas se continuarmos nessa toada", afirma o economista Gesner Oliveira, responsável pelo estudo.

Há uma preocupação quanto à redução no número de atores no mercado e em relação à falta de isonomia entre as empresas estrangeiras e as nacionais --que têm um custo maior para captar recursos, o que reduz sua competitividade nos leilões.

A maior preocupação, porém, recai sobre a entrada de estatais de outros países, que muitas vezes recebem subsídios de seus governos.

"Isso fere regras da Organização Mundial do Comércio, é concorrência desleal", diz Oliveira. "Não estamos privatizando [o setor], mas transferindo a estatais estrangeiras."

O estudo destaca as chinesas, como a State Grid, que comprou a CPFL em 2016.

Há também a estatal italiana Enel, que em maio venceu a disputa pela Eletropaulo e acentuou significativamente a concentração do mercado de distribuição do país. Após

a compra, as quatro maiores empresas passam a deter 63,4% do segmento. Até então, a taxa era de 55%.

A concentração pode ter efeitos nocivos porque a forma de medir o desempenho é balizada pela comparação com as demais companhias. Ou seja, com menos atores, há o risco de se "nivelar por baixo" a qualidade de serviço.

O estudo é relevante para se pensar as privatizações de ativos da Eletrobras, diz. "Dependendo de como for feito pode aumentar a concentração."

IPC-S desacelera em 6 das 7 capitais analisadas na 3ª quadrimestre de agosto

24/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), desacelerou em seis das sete capitais pesquisadas na terceira quadrimestre de agosto ante a segunda medição do mês, divulgou a instituição nesta sexta-feira, 24. No geral, o IPC-S desacelerou de 0,19% para 0,10% entre os dois períodos.

Por região, os decréscimos no período foram: Salvador (de 0,41% para 0,15%), Brasília (de -0,35% para -0,38%), Belo Horizonte (de 0,26% para 0,14%), Rio de Janeiro (de 0,14% para 0,07%), Porto Alegre (de 0,14% para 0,11%) e São Paulo (de 0,32% para 0,22%). A única região que apresentou aceleração do indicador foi Recife (de 0,10% para 0,11%).

BNDES vê potencial para mais do que dobrar investimentos no setor ferroviário

24/08/2018 – Fonte: Diário do Grande ABC



O volume anual de investimentos no setor ferroviário tem potencial para saltar do patamar atual de R\$ 9 bilhões para R\$ 19 bilhões no médio prazo se for adotada no Brasil uma agenda ampla de desenvolvimento do setor, de acordo com cálculo do gerente setorial de Transportes e Logística do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dalmo Marchetti.

Segundo ele, os principais eixos para elevação dos investimentos passam pelo planejamento logístico para deslocamentos ferroviários regionais (adoção das linhas de extensão curta ou menor volume de transporte, as chamadas "short lines"), devolução ao governo de trechos pouco utilizados para que sejam relicitados, desenvolvimento de novas Parcerias Público-Privadas (PPPs), ajustes na regulamentação, incentivo a novos atores e negócios e precificação do direito de passagem.

"O País tem muitas oportunidades nesse setor", salientou nesta quinta-feira, 23, Marchetti, durante seminário organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O gerente regional lembrou que o BNDES realizou, neste ano, um planejamento amplo de investimentos em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento nacional, entre os quais o segmento ferroviário tem um peso

importante. "A agenda ferroviária é uma muito cara ao BNDES", disse, sinalizando disposição do banco estatal para realizar investimentos no ramo.

Marchetti observou que as ferrovias no Brasil estão concentradas em corredores de exportação, que vêm atendendo quase exclusivamente o escoamento das commodities agrícolas e minerais. Na sua avaliação, um dos principais desafios do setor está em diversificar esse modelo para atender também passageiros e outros tipos de cargas. Além disso, defendeu que é preciso haver maior integração das ferrovias com os demais modais logísticos. "O modelo atual é excessivamente concentrado. Precisamos ter uma agenda de enfrentamento mais forte para a diversificação", alertou.

Ele criticou também que a participação do modal ferroviário no transporte de cargas dentro das cidades é pequeno. Na sua avaliação, é preciso estudar alternativas para intensificar o uso dos trilhos nas regiões metropolitanas, como, por exemplo, a liberação do tráfego em horários em que não há transporte de passageiros, como as noites ou madrugadas.

No seminário, o gerente de Planos e Projetos da Valec, Francisco Luiz da Costa, acrescentou que o desenvolvimento do setor ferroviário passa pela discussão de como gerar novos negócios com trechos subutilizados e que, possivelmente, serão devolvidos pelas empresas privadas ao governo no processo de antecipação das renovações das concessões. A sua proposta é que, para cada trecho devolvido, seja feita uma análise de viabilidade ampla para se entender qual seria o melhor reuso para a linha.

Uma vez constatada a viabilidade, segundo Costa, há a possibilidade de a Valec realizar a execução de obras de melhorias e readequação, bem como operar as fases iniciais do projeto. Ele sugeriu ainda a criação de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) tendo a Valec como acionista, visando tornar os empreendimentos viáveis para o setor privado. Em seguida, realização de um novo edital de concessão ou PPP para repassar os trechos ao setor privado.

O gerente da Valec disse ainda que o modelo regulatório brasileiro precisa ser revisto, pois impõe barreiras à implantação das short lines. Segundo ele, é preciso que o marco regulatório tenha mais flexibilidade para permitir a readequação das linhas e a atração do capital privado.

Artigo: Quem paga a conta da isenção de eixo suspenso?

24/08/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Vender como proteção ao usuário a proibição do aumento de tarifas para compensar uma isenção tarifária não passa de um truque de prestidigitação



O Senado aprovou a conversão em lei da Medida Provisória 833, que prevê que caminhões não devem pagar tarifas de pedágio pelo chamado "eixo suspenso". Essa medida foi uma das reivindicações dos caminhoneiros durante a greve por eles patrocinada. Desde a edição da MP, o benefício passou a ser aplicado a todas as concessionárias, independentemente das previsões contratuais sobre o tema. Em muitos casos criou-se uma isenção não prevista no contrato celebrado com as concessionárias.

A medida é altamente controversa do ponto de vista jurídico. Em termos simples, a União está criando despesas para os estados sem dizer como isso será objeto de compensação. A boa e velha cortesia com o chapéu alheio. Criou-se um passivo que deverá ser equacionado em favor das concessionárias cujos contratos preveem a cobrança do eixo suspenso.

O estado de São Paulo já judicializou a questão, buscando equacionar o problema financeiro que lhe foi criado pela União. Enfim, haverá muitos litígios no setor de concessões de rodovias envolvendo esse assunto. Eles são o resultado direto da opção política de empurrar o problema com a barriga para tentar achar uma solução no futuro.

Como o que é ruim pode ficar pior, o Senado resolveu incluir uma nova previsão sobre o tema. Buscando evitar desgastes com a opinião pública, incluiu-se uma disposição no texto da lei impedindo que os custos da isenção sejam repassados à tarifa dos demais usuários.

A medida é manifestamente inconstitucional, pois promove ingerência do Legislativo na gestão dos contratos administrativos, o que é rechaçado pela jurisprudência do STF. Mas, entre a técnica e a retórica, pior para a técnica.

O bom economista é aquele que enxerga não apenas os benefícios no curto prazo, mas os efeitos de longo prazo

O que espanta é que, a essa altura, medidas dessa natureza ainda sejam vendidas à opinião pública como benéficas ao usuário. Não são.

Do ponto de vista técnico, uma concessão envolve algumas dimensões que se interligam e formam o que se chama de equilíbrio econômico-financeiro do contrato. O concessionário é alguém que financia um empreendimento público. Em termos simples: todo concessionário empresta dinheiro para o Estado (e, claro, cobra uma taxa por isso).

Esse dinheiro é investido em obras públicas e no custeio da operação (no jargão, Capex e Opex). O Estado não paga diretamente esses recursos; quem paga é o usuário. Como se percebe, há três dimensões que se interligam em uma concessão: os gastos exigidos do concessionário, o valor arrecadado com as tarifas e o tempo. Em termos ideais: em um intervalo definido de tempo, todo o gasto do particular é recuperado, acrescido de uma determinada taxa de retorno.

Isso tudo se interliga de modo que qualquer impacto em uma dessas dimensões afeta as demais. Por exemplo, se houver perda de receitas tarifárias causadas por decisões do Estado, necessariamente os investimentos serão reduzidos ou o prazo será aumentado (valendo combinar os dois).

Se houver novos investimentos, necessariamente o tempo ou a tarifa deve aumentar. E, se houver redução do prazo, a tarifa deve aumentar, ou os investimentos diminuirão. Enfim, o importante é perceber que essas variáveis (tempo, investimento e tarifas) se correlacionam de modo que não é possível isolar os efeitos da alteração de uma delas. As outras sempre serão afetadas.

Pois bem: a criação de uma isenção não prevista contratualmente implica perda de receita tarifária. As concessionárias terão direito de revisar os seus contratos de modo a preservar a rentabilidade programada neles – afinal, elas estão “emprestando” dinheiro para o Estado. Um dos modos pelos quais isso pode se dar é aumentando a tarifa dos demais usuários.

Só que de modo populista, vendendo a ilusão de proteger o usuário, o Senado pretende proibir a adoção dessa medida. O problema é que, ao fazê-lo, está simplesmente transferindo a solução para outra das dimensões do contrato. Há uma

de duas alternativas neste caso: ou se reduzem investimentos ou se prorroga o prazo de cobrança (ou uma mistura disso). Ambas são equivalentes do ponto de vista ao aumento de tarifa.

Aí fica a pergunta: se o prazo aumentar, ou se os investimentos forem reduzidos, quem terá pagado a conta? A resposta é uma só: o usuário. No primeiro caso, ele pagará mais por um nível de serviço menor. No segundo, haverá cobrança por mais tempo do que o inicialmente programado.

De um modo ou de outro, a conta chegará. A alternativa a isso é ainda mais perniciosa: empurrar o custo das medidas a todos os contribuintes, incluindo a compensação no orçamento da União. Seja qual for a alternativa, os custos das benesses serão alocados à coletividade. Enfim, custos não desaparecem por vontade política. A realidade, essa inconveniência, se impõe. Mais cedo ou mais tarde a conta aparece.

Já disse Bastiat que o bom economista é aquele que enxerga não apenas os benefícios no curto prazo, mas os efeitos de longo prazo (geralmente ruins). Infelizmente, políticos tendem a ignorar essa obviedade e sacrificar a sustentabilidade dos serviços públicos no altar dos imediatismos. Vender como proteção ao usuário a proibição do aumento de tarifas para compensar uma isenção tarifária não passa de um truque de prestidigitação. A conta voltará para o bolso do usuário, apenas de maneira camuflada.

Bernardo Strobel Guimarães, mestre e doutor em Direito do Estado, é professor da PUCPR e advogado.

ANP divulga situação sobre pagamento de subvenção ao diesel

24/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Pagamentos à Petrobras ainda dependem da conclusão da análise dos documentos

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) divulgou na noite de quinta-feira (23) a situação dos pedidos de pagamento da subvenção ao óleo diesel, em programa criado pelo governo após a paralisação dos caminhoneiros.

Segundo a agência, foram aprovados pagamentos a quatro empresas: Dax Oil Refino S/A (R\$ 6.366,50), Refinaria de Petróleo Riograndense S.A (R\$ 114.943,22), Petro Energia Indústria e Comércio Ltda (R\$ 70 mil) e Sul Plata Trading Brasil Ltda (R\$ 14 mil), referentes à primeira fase do programa.

Apenas Riograndense e Petro receberam os pagamentos. As outras duas com valores aprovados ainda não foram pagas devido a pendências por problemas cadastrais.

Os pagamentos à Petrobras —que deverá ter os maiores valores a receber— ainda dependem da conclusão da análise da documentação, que está em fase final, no caso da primeira fase do programa, segundo a ANP.

A agência afirmou também solicitou mais informações à Petrobras sobre vendas durante a segunda fase do programa de subsídio, para realizar o processo de pagamento.

Mineradora Anglo American gasta R\$ 370 milhões para retomar operação

24/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

A Anglo American desembolsou US\$ 90 milhões (R\$ 370 milhões) para retomar sua operação, travada por causa de dois vazamentos consecutivos no duto que leva o

minério do local da extração, no interior do país, ao porto, no litoral. Os acidentes aconteceram em março deste ano.

Para poder voltar a usar a estrutura de 529 quilômetros, a empresa fez uma inspeção pelo caminho que o minério percorre e se prepara para substituir canos ao longo de quatro quilômetros.

O Ibama concedeu licença para essa reforma no último dia 20. A troca de tubulação deve começar na próxima semana, segundo Ruben Fernandes, diretor-executivo da Anglo American no Brasil.

Em novembro, o duto voltará a ser usado. Enquanto o escoamento está comprometido, a companhia não extrai ferro de sua mina, que fica em Conceição do Mato Dentro (MG).

A empresa também paga para recuperar as áreas atingidas pelos vazamentos. "O impacto total será de US\$ 300 milhões (R\$ 1,2 bilhão). Além dos US\$ 90 milhões para recuperar a estrutura, colocamos empregados em férias coletivas, mas com cursos para eles, e há o custo do que deixamos de produzir."

A produção deverá saltar mais de 50% no começo do ano que vem, afirma Fernandes. O Ibama deu licença para aumentar a infraestrutura da mina no começo de 2018. Com isso, o duto que chega ao Porto do Açu (RJ) será usado na sua capacidade máxima pela primeira vez.

O projeto começou com o empresário Eike Batista. Ele o vendeu, em 2008, à Anglo American. A operação foi iniciada em 2014.

Com dólar e alta de matéria-prima, CSN faz nova rodada de ajuste de preço

24/08/2018 – Fonte: Inda

O dólar na casa de R\$ 4, somado à alta das matérias-primas, levará a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) a realizar novo aumento do preço do aço, de 10,25%, a partir do dia 3 de setembro, para a rede de distribuição, indústria e construção civil.

Assim, o reajuste será feito para aço plano, longo e folhas metálicas. O movimento ocorre logo após o aumento anunciado em agosto, que está terminando de ser implementado pela CSN: 12,25% nos laminados a quente e a frio e 10,75% no aço revestido.

Segundo o vice-presidente comercial da siderúrgica, Luis Fernando Martinez, mesmo com o aumento deste mês, o diferencial do preço do aço nacional em relação ao importado está hoje negativo em 6%.

Futuros do aço na China têm pior semana em quase 2 meses; minério de ferro sobe

24/08/2018 – Fonte: DCI

Os contratos futuros do vergalhão de aço para construção na China se recuperaram de perdas iniciais nesta sexta-feira, impulsionados por estoques em queda, mas ainda assim tiveram a maior perda semanal desde o início de julho.

Os estoques semanais de produtos de aço na China caíram em 42.400 toneladas, para 10,03 milhões de toneladas nesta sexta-feira, segundo dados da consultoria Mysteel, com os estoques do vergalhão caindo 1,1 por cento para 4,37 milhões de toneladas, e os de bobina laminada a quente em queda de 0,9 por cento para 2,19 milhões de toneladas.

"Neste momento, tanto a produção de aço quanto a flutuação dos estoques estão em um intervalo pequeno. Considerando que o impacto de medidas ambientais sobre a produção está diminuindo... os preços devem primeiro subir e então cair", escreveram analistas da Orient Futures em nota.

O contrato de referência do vergalhão na bolsa de Xangai tocou 4.418 iuanes (642,71 dólares) a tonelada, o maior nível em quase sete anos. Ele fechou em alta de 0,5 por cento, a 4.334 iuanes por tonelada na sexta-feira.

Os futuros do minério de ferro em Dalian fecharam em alta após três dias de queda, com leve avanço de 0,3 por cento, a 490,5 iuanes por tonelada.

Principal desafio para a indústria do aço é a inovação, concordam CEO's

24/08/2018 – Fonte: Inda

No último painel do Congresso Aço Brasil 2018, presidentes de algumas das maiores empresas do setor projetaram o futuro da atividade no país.

O Congresso Aço Brasil 2018 chegou ao fim no dia 22 de abril (quarta-feira)) no Hotel Transamérica, em São Paulo, com uma discussão sobre quais são os principais desafios que o setor siderúrgico encontra hoje.

Participaram do debate os CEO's de algumas das principais empresas do setor no país. Todos eles concordaram que a inovação é, ao mesmo tempo, um grande desafio e uma enorme oportunidade para as empresas modernizarem sua operação e ganharem mais competitividade nacional e internacionalmente.

O presidente-executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, lembrou que o setor está saindo de uma das piores crises da sua história, ilustrada por uma queda de 30% em vendas internas e consumo entre 2013 e 2017.

"O ano de 2018 começou bem, mas foi impactado pela greve dos caminhoneiros em maio. Mesmo assim, a expectativa é de crescimento". Para ele, o setor deve se empenhar em voltar a operar com mais de 80% de capacidade. Atualmente, este número está em 68%.

Segundo Gustavo Werneck, diretor-presidente da Gerdau, a indústria no Brasil não precisa de incentivos nem benefícios, e sim de isonomia competitiva e condições igualitárias de concorrência. Isso passa pelo aprimoramento de fatores externos, como a complexidade tributária.

"A Gerdau América do Norte possui sete colaboradores encarregados da área tributária. No Brasil, este número de profissionais é de 122". Outra questão a ser resolvida também é o custo médio da energia, que está em US\$ 120 por tonelada aqui, enquanto que nos EUA é de US\$ 70.

Mas, de acordo com Werneck, é preciso se preocupar com os fatores internos de cada empresa – e a inovação surge como uma necessidade para as operações. "A partir de 2020, viveremos a era pós-digital, o que implica no fortalecimento de pilares que já empregamos hoje, como a difusão de tecnologia e o uso de inteligência artificial, dados e analytics.

"Utilizamos novas maneiras de trabalhar e novos comportamentos, como o uso de uma metodologia ágil, foco no cliente e interação com o ecossistema tecnológico".

Outro que mostrou otimismo com o futuro foi o CEO da Ternium, Marcelo Chara. Ele lembrou que a participação da indústria em geral no PIB brasileiro caiu 29% nos últimos dez anos, respondendo hoje por somente 11,8% do valor total do que é

produzido no país. "Acreditamos que o Brasil tem um potencial enorme e que é possível a recuperação se trabalharmos em conjunto. Devemos lembrar que, embora a indústria chinesa responda por 34% do PIB daquele país, o mesmo índice na economia dos EUA é de 14%"

Para Chara, as grandes oportunidades de competitividade passam pela melhoria da cadeia de valor, geração de eficiência por meio da indústria 4.0 e inovações voltadas para a atividade, como foi feito no Centro Industrial da Ternium, no Rio de Janeiro.

Já para o CEO da ArcelorMittal Aços Longos Américas Central, do Sul e Caribe e também conselheiro do Aço Brasil, Jefferson de Paula, o mundo tecnológico muda muito, o que afeta profundamente os negócios da empresa. Concordando que o país precisa de políticas de estado de longo prazo, o que envolve também o marco jurídico e a inovação, o executivo destacou a inovação como um dos fatores essenciais para aproveitar as oportunidades que o mercado oferece. Nós acreditamos no aço, na empresa e no Brasil. Mesmo com a crise que houve no mercado nos últimos anos, continuamos investindo mais de R\$ 1 bilhão por ano no país".

O executivo mencionou que a empresa vem priorizando o foco no cliente e ferramentas de inovação, como o fomento ao ecossistema competitivo por meio de parcerias com startups, entidades de classe, universidades e fornecedores. Como exemplo de produto inovador citou o tênis Nike Air Jordan Future, feito com fibras de aço. "O aço constrói o futuro e o futuro do aço não tem limites, completou.

Jaguar Land Rover aprova lançamento de carro elétrico

24/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Empresa converterá os veículos para motores elétricos; preços não foram divulgados

A maior montadora britânica, Jaguar Land Rover, deu sinal verde para a produção de uma versão elétrica de seu carro esportivo E-type, com as primeiras entregas planejadas para meados de 2020, informou a empresa nesta quinta-feira (23).



O modelo E-Type Jaguar tradicional foi usado pelo príncipe Harry, após seu casamento com a atriz Meghan Markle - AFP

A Jaguar Classic, unidade da montadora sediada no Reino Unido que restaura carros antigos da Jaguar, converterá os veículos para motores elétricos. A empresa não deu detalhes sobre os preços dos carros.

A opção de conversão para um veículo elétrico, também totalmente reversível, será oferecida aos donos de E-type atuais.

A JLR, que pertence à indiana Tata Motors, já está montando um veículo elétrico chamado I-PACE na Áustria.

A última versão do novo E-type Zero vai estreiar na Monterey Car Week, na Califórnia, na sexta-feira.

Volkswagen investirá 3,5 bi de euros para desenvolver negócios digitais

24/08/2018 – Fonte: DCI

Montadora diz que é mais fácil fazer atualizações de software para carros se o sistema operacional for projetado internamente, em vez de depender de softwares de terceiros por conta dos diferentes fornecedores de sensores



A montadora alemã informou nesta quinta-feira que está trabalhando em um novo sistema operacional, a ser chamado de "vw.OS"

A Volkswagen investirá 3,5 bilhões de euros até 2025 para criar negócios e produtos digitais, incluindo uma plataforma baseada em computação em nuvem para conectar veículos e clientes a serviços como compartilhamento de carros.

A montadora alemã informou nesta quinta-feira que está trabalhando em um novo sistema operacional, a ser chamado de "vw.OS", que será introduzido nos carros elétricos da marca a partir de 2020.

Esses novos veículos terão uma arquitetura eletrônica completamente nova, projetada para ajudar a facilitar funções de direção autônoma, disse a VW. Em vez de ter cerca de 70 sensores e controladores diferentes operando independentemente dentro de cada veículo, os novos carros vão conectar os vários sensores usando o novo sistema operacional.

Dessa forma, as informações coletadas por um sensor de estacionamento podem ser vinculadas à direção, aos freios e aos mapas de alta definição para permitir que um carro estacione quando uma câmera a bordo detectar uma vaga livre.

A VW informou que é mais fácil fazer atualizações de software para carros se o sistema operacional for projetado internamente, em vez de depender de softwares fornecidos por terceiros por conta dos diferentes fornecedores de sensores.

A montadora espera gerar cerca de 1 bilhão de euros em vendas até 2025, oferecendo novos serviços digitais, incluindo serviços de compartilhamento de carros, estacionamento e entrega de encomendas.

O impulso digital inclui a incorporação de aplicativos para smartphones como "We Park" em sistemas de informação e entretenimento dos carros e a conexão de veículos com fornecedores como a Amazon, que podem usar um aplicativo para abrir carros, para que possam ser usados como locais de entrega de produtos comprados online, disse a VW.

A Volkswagen também anunciou que lançará um serviço de compartilhamento de carros, chamado "We Share", em Berlim, usando uma frota de 2 mil veículos elétricos no segundo trimestre de 2019.

O serviço We Share será expandido para os principais mercados europeus, bem como cidades selecionadas nos Estados Unidos e Canadá, disse a montadora.

Vaz se fortalece com a alta do dólar

24/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 23-08-2018)



Produção de correntes (foto), coroas e pinhões para moto com a marca Vaz ocorre em Jundiaí (SP)

Fábrica de peças para moto quer recuperar mercado perdido para asiáticos

Depois de uma perda importante de participação pela concorrência de produtos asiáticos, a fabricante dos kits de transmissão para moto **Vaz** já acredita em recuperação de mercado, como conta o CEO da companhia, Júlio César Correa. Os kits são formados pelo trio corrente-coroa-pinhão, um item de desgaste que gera, segundo estimativa da companhia, cerca de 40 milhões de trocas a cada ano.

“A alta do dólar encarece as importações e aumenta nossa competitividade. Também acredito na retomada da economia e no aumento da fiscalização de importações irregulares”, afirma Correa, que já chegou a ter 60% do mercado de reposição e mantém atualmente uma fatia bem menor, de 9%. A empresa produz os componentes em Jundiaí (SP), em uma fábrica de 34 mil metros quadrados com 610 funcionários.

“Fabricamos 4 mil conjuntos diferentes, para motos nacionais e importadas. Também fornecemos para as linhas de montagem da Suzuki e da Haojue”, diz o CEO da companhia.

Além dos kits de transmissão, a empresa fabrica dez modelos diferentes de capacete e também sapatas e pastilhas de freio, estas vendidas com a marca Eco Pads.

De acordo com o Sindipeças, entidade que reúne fabricantes do setor, o Brasil tem uma frota circulante de 13,2 milhões de motos, com idade média de sete anos e cinco meses.

VW investirá US\$ 4 bi em novos negócios digitais até 2025

24/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 23-08-2018)



A partir da esquerda: Michael Jost, diretor de estratégia, Jürgen Stackmann, membro do board, Philipp Reth, diretor da VW Urban Mobility International, e Christoph Hartung, chefe de serviços digitais

Plano inclui nova arquitetura eletrônica para elétricos e serviço de compartilhamento a partir de 2020

A **Volkswagen** anunciou na quinta-feira, 23, que investirá o equivalente a US\$ 4 bilhões (€ 3,5 bilhões) até 2025 em novos **negócios digitais**, o que inclui nova plataforma baseada em computação na nuvem para conectar veículos e clientes e pelo qual também oferecerá novos serviços, como o de compartilhamento de carros. Entre

as novidades, também está um novo sistema operacional denominado vw.OS, que será introduzido nos carros elétricos da VW a partir de 2020.

O negócio para compartilhamento de carros será chamado We Share e começará a funcionar no segundo trimestre de 2019, primeiro em Berlim, na Alemanha, com uma frota de 2 mil carros elétricos a fim de competir com plataformas semelhantes, como o DriveNow da BMW e o Car2Go da Daimler. O plano visa ainda expandir o serviço para os principais mercados europeus, bem como em cidades selecionadas da América do Norte a partir de 2020.

A denominação We também será utilizada para caracterizar um pacote de aplicativos que os clientes da VW poderão acessar com um único login e que estará disponível tanto para carros convencionais quanto para os novos veículos elétricos da marca. Os serviços incluirão pagamento eletrônico de estacionamento, entrega de encomendas diretamente no carro, rastreamento do preço do combustível e ofertas dos varejistas locais. Segundo a empresa, o projeto tem como meta gerar € 1 bilhão em receita anual até 2025.

"Seremos uma empresa de dispositivos e software e para lidar com esse desenvolvimento precisamos reinventar o automóvel de algumas maneiras", disse o chefe de estratégia da VW, Michael Jost, durante uma entrevista coletiva em Berlim.

A VW informa que seus novos veículos terão uma arquitetura eletrônica de TI completamente inovadora, muito mais simples e totalmente redesenhada para facilitar as funções de direção autônoma.

Com estreia também prevista para 2020 na família de veículos elétricos ID, essa arquitetura permitirá simplificar a inteligência dos veículos concentrando-a em um número menor de estruturas e computadores com uma linguagem de programação unificada – diferente do que é hoje: um carro usa várias centrais de controle, até 70 em um único veículo, que rodam de forma diferente e independente, cada uma com um software específico e de diferentes fabricantes. Segundo a VW, no futuro, o software virá de uma única fonte baseada no sistema operacional automotivo vw.OS.

Dessa forma, as informações coletadas por um sensor de estacionamento, por exemplo, podem estar ligadas à direção, aos freios e aos mapas de alta definição, para permitir que um carro estacione quando uma câmera a bordo detectar um espaço de estacionamento gratuito.

"Temos uma visão clara: continuaremos a construir veículos muito superiores, mas daqui em diante, nossos Volkswagens serão cada vez mais dispositivos digitais sobre rodas", disse o membro do conselho e responsável por vendas da VW, Jürgen Stackmann.

CONVERSA DIRETA COM O CLIENTE

A VW também realinhou seu modelo de vendas para manter o ecossistema o mais aberto e acessível possível. Pela primeira vez, os novos contratos com as concessionárias permitem que a Volkswagen se envolva diretamente com os clientes durante todo o ciclo de vida do veículo. Com isso, os clientes poderão receber ofertas personalizadas sem ter que ir a uma revenda ou oficina – o serviço vai até o cliente.

A espinha dorsal desse ecossistema será uma plataforma a ser utilizada em todo o Grupo VW. Baseada na nuvem, a One Digital Platform (ODP) vai conectar o carro, o cliente e os serviços. Ela garantirá a conexão com a nova arquitetura de TI, incluindo os serviços da Volkswagen ou de parceiros integrados no ecossistema da fabricante.

"A Volkswagen está liderando o desenvolvimento do OPD em colaboração com as marcas do grupo. E estamos buscando suporte externo adicional. Logo estaremos anunciando projetos de cooperação e parcerias", disse o diretor de serviços de mobilidade, Christoph Hartung.

Freudenberg-Corteco firma parceria com a Bosch Service

24/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 23-08-2018)

Aliança permitirá à empresa oferecer seus produtos na rede de oficinas credenciadas

Uma nova parceria surge para o mercado de reposição brasileiro entre a **Freudenberg-Corteco**, divisão de aftermarket da Freudenberg-NOK, e a **Bosch Service**. Pelo acordo, a Freudenberg oferecerá seus produtos por meio da rede da Bosch, atualmente com mais de 1,6 mil oficinas credenciadas, além das que fazem parte do conceito Módulo Especialista Bosch, que conta com mais de 1,8 mil estabelecimentos pelo País.

Com isso os clientes terão acesso a um amplo portfólio de produtos de vedação e antivibração, como retentores, coxins, juntas, kits de reparo de direção hidráulica e de transmissão automática para atender tanto veículos leves quanto os pesados de todas as marcas.

"Para atendermos a um mercado cada vez mais competitivo e com consumidores tão exigentes, entendemos que criar alianças com empresas de destaque no cenário nacional é essencial para o crescimento e maior penetração da Freudenberg-Corteco", afirma o gerente de marketing da Freudenberg-Corteco para a América do Sul, Plínio Fazol.

A Bosch Service é uma das maiores redes de manutenção automotiva do Brasil e conta com oficinas multimarcas que oferecem uma ampla gama de serviços, desde diagnósticos e reparos de sistemas elétricos até manutenção de sistemas de injeção e ignição, freios, suspensão e embreagem entre outros.